

Desembaraçando a microeconomia

A “deixa” do ministro Antônio Palocci de que, uma vez equacionados os desafios de caráter “macro” na condução da economia, é chegada a hora das atenções do governo se voltarem para a microeconomia, motivou o economista Sergio Werlang, ex-diretor de política econômica do Banco Central, a publicar no jornal *Valor* um artigo resumindo algumas sugestões para dinamizá-la.

Não são apenas as elevadas taxas de juros e a insuficiência de crédito os obstáculos à melhoria da microeconomia, ou seja, do desempenho das empresas e das atividades de pessoas físicas, sejam trabalhadores assalariados ou autônomos. Como observa Werlang, “é difícil, com a estrutura de regulação microeconômica hoje existente no País, que o PIB brasileiro cresça mais do que 3,5% ao ano”. Isso porque os governos brasileiros – embora freqüentemente tachados, pelas esquerdas, de liberais ou de neoliberais – esmeraram-se, ao longo dos anos, em cercar a atividade privada de acrônantes exigências burocráticas, de insegurança e de incertezas (no mais das vezes, das três coisas juntas) que nenhum empreendedor se anima a enfrentar com grande entusiasmo. Paradoxo que levou

um outro economista, Rubem de Freitas Novaes, em artigo publicado no *Estado* de terça-feira última (pág. A2), a dizer que “ninguém será tolo a ponto de aceitar, a não ser por alguma disfunção intelectual, que possa ser considerado liberal um governo que gasta 40% do PIB e ainda dispõe da força do Banco do Brasil, do BNDES, da Caixa Econômica e de muitos outros instrumentos para agir sobre a economia”.

Na verdade, todos os governos, mesmo os mais liberais, dispõem de muitos instrumentos para agir sobre a economia. A maneira de usá-los e com que finalidade é que define o caráter liberal-privatista, ou estatizante, de cada um deles. E, se o pendor da atual equipe econômica, liderada por Palocci, é para dar mais espaço e maior força à microeconomia – aquela que realmente criaria riquezas e bem estar –, não há, em nossa opinião, como discordar do receituário sugerido por Werlang.

Uma dessas receitas é fortalecer, em lugar de combater, a função e o trabalho das agências reguladoras, dando-lhes estabilidade e segurança, para que elas possam inspirar confiabilidade nos investidores dos diversos setores para os quais o Brasil necessita de muito capital privado de longo

prazo. Pois, a grande indagação entre eles é em que medida este e os próximos governos manterão as regras definidas pelas agências. É preciso entender, nesse capítulo, que o Banco Central é também uma agência reguladora – do mercado financeiro, da moeda e do crédito – e que, nessa função, inspiraria ainda maior dose de confiança e trabalharia melhor se a autonomia *de fato* com que vem agindo competentemente se tornasse *de direito*.

Outra receita, na área do crédito, além de taxas de juros suportáveis, é uma maior oferta de crédito de livre aplicação pelas instituições, isto é, sem direcionamento obrigatório pelo governo. Além disso, são necessárias medidas que facilitem a recuperação de créditos, como algumas das que estão previstas na nova lei de falências, ainda em discussão, além de outras que aumentem a competição entre bancos e beneficiem o bom tomador, estimulando a adimplência e reduzindo o risco de crédito.

Na área fiscal, medidas que desonerem a produção de bens de capital, as exportações e novos empreendimen-

tos na sua fase inicial, teriam impacto muito positivo.

O ensino, a ciência e a pesquisa aplicada no desenvolvimento de novos projetos e novas técnicas precisam receber tratamento ainda muito mais vigoroso do que já vem acontecendo nos orçamentos públicos em geral.

As leis do trabalho, cuja reforma foi postergada, precisam deixar de ser estimuladas da informalidade e da ter-

ceirização, para, ao contrário, apoiarem a formação qualificada, o desenvolvimento de carreiras nos empregos formais, a sustentação da segurança social e das

futuras aposentadorias.

O artigo de Werlang ainda menciona outros obstáculos ao desenvolvimento da microeconomia (por ex., a enorme dificuldade para a abertura e fechamento de empresas no Brasil), mas, se os que comentamos forem adequadamente superados, já será um grande passo na direção que parece ser a desejada pelo ministro Palocci e sua equipe – a saber, a de limpar o caminho das forças produtivas deste país, que a todo momento dão mostras do seu potencial.